

chos da rebeldia, apaga com seu gesto de perdão os vestígios da revolta.

Sendo a anistia ato de esquecimento e perdão, parece que se harmoniza com a psicologia de nosso povo, entre cujas notas distintivas se destacam a cordialidade e o sentimentalismo.

É preciso, entretanto, como muito bem pondera Carlos Maximiliano, não se veja na anistia uma demonstração de sentimentalismo, de bondade, ou de simples simpatia pelo vencido. Ao contrário. A anistia, segundo preceitua o eminente constitucionalista, "é medida altamente política, adotada por motivos que não humilham o cidadão a quem ela aproveita, inspirada por sérias razões de Estado. Emprega-se quando a própria sociedade tem mais interesse na clemência que no rigor, porque circunstâncias ocasionais aconselham o esquecimento das infrações e a impunidade para certos crimes, como supremo recurso para acalmar os ânimos e pacificar uma região".

"Núncia de paz e conselheira de concórdia", escreve esse outro constitucionalista eminente que é Barbalho, "parece antes do céu prudente aviso que expediente de homens".

Há de existir, assim, prudência e tato no ato de concessão. É preciso cuidado para que a concessão da anistia, pelos seus termos, não fuja à sua finalidade e se não converta em pomo de discórdia, pondo em risco a pacificação e a tranqüilidade perseguidas. É preciso fugir ao perigo das posições extremadas, que poderiam acirrar os ânimos ao invés de acalmá-los.

Estamos certos, por isso mesmo, de que os ilustres membros desta Casa, debrecando-se sobre o projeto da anistia, saibam escolamá-los dos vícios que apresenta, mais de ordem formal que propriamente material, entregando à Nação uma carta de perdão, uma *lex oblivionis*, digna de nossas tradições políticas e capaz de promover a paz, a tranqüilidade, enfim, a reconciliação da sofrida família brasileira.

Pois só unidos, de espírito desarmado, apenas rivalizando, como Aristides, no afã de servir à Pátria comum, poderemos vencer as dificuldades que nos esmagam e conduzir o Brasil a dias melhores e tranqüilos.

**O SR. MÁRCIO MACEDO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, finalmente, chega a este plenário o projeto que anistia os crimes políticos, oriundo do Governo.

Nós, do MDB, em várias oportunidades, tentamos efetivar a concessão de anistia pela via congressual. A emenda constitucional que tinha esse objetivo, infelizmente, não teve a aprovação da ARENA, partido majoritário nesta Casa.

Já tivemos ensejo de dizer, desta tribuna, que o projeto do Governo não atende às aspirações do MDB, bem como dos vários segmentos representativos da sociedade brasileira, como o OAB, a CNBB, a ABI etc. O projeto é falho, injusto e discriminatório.

Tão logo o Presidente João Figueiredo assinou a mensagem que seria encaminhada ao Congresso Nacional, afirmei que a atitude de S. Ex.<sup>a</sup> foi humana e democrática, todavia, na mesma ocasião, enumerei as falhas aberrantes que a proposição continha.

Na parte referente aos funcionários atingidos por atos dos Governos revolucionários, salta aos olhos, pelo absurdo que encerra, a determinação de que o funcionário tem de requerer o benefício da lei, ficando à mercê das conveniências do Governo, que decidirá se o funcionário deve ou não ser anistiado. Isto quer dizer que esses funcionários ficarão dependendo dos interesses eventuais de determinadas autoridades que haverão de decidir finalmente se eles terão a anistia ou não.

O projeto não beneficiará dezenas de jovens que foram presos com 16 anos, porque pagaram o tributo do ardor de uma juventude idealista.

Se houve excesso, há que se perguntar: como ficarão os torturadores, verdadeiros criminosos que deram os mais negros exemplos de violência e arbitrariedade?

Enfim, Sr. Presidente, a anistia que pretendemos é a ampla, geral e irrestrita, porque é a única maneira de verdadeiramente pacificar politicamente a família brasileira.

Confio, sinceramente, que alguns parlamentares da ARENA deverão rejeitar o substitutivo aprovado pela Comissão Mista, contra a vontade dos representantes do MDB.

Em assim acontecendo, o Congresso Nacional estará dando uma significativa demonstração da vitalidade do Poder Legislativo.

Teremos, Sr. Presidente, esta histórica oportunidade. Espero que os parlamentares da ARENA, sensíveis à consciência nacional e voltados para o interesse de realmente conciliar a sociedade brasileira, votem com a proposição do MDB, que amplia o projeto do Governo para uma anistia ampla, geral e irrestrita.

**O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme atestam os Anais desta Casa, tenho sido o Deputado que maior número de vezes ocupou esta tribuna em defesa dos interesses do Município de Itaguaí. Se forem consultadas as propostas orçamentárias, também poder-se-á constatar a atenção especial que tenho dedicado aos hospitais e orfanatos de Itaguaí, com a consignação de verbas para essas entidades num montante superior ao pedido por meus colegas.

A nossa presença hoje nesta tribuna visa a solicitar da Companhia Siderúrgica Nacional uma atuação mais efetiva para implantação da sua segunda etapa no Município de Itaguaí. Os anos vão se passando e pouco de objetivo vem sendo realizado para que Itaguaí possa contar com esse centro siderúrgico de grande importância para o País.

Esta semana ainda teremos uma audiência com o Ministro das Minas e Energia e com um dos diretores da Companhia Siderúrgica Nacional para tratar deste assunto.

Por sua localização geográfica, perto dos maiores centros consumidores e junto a um novo e moderno porto, Itaguaí reúne todos os requisitos para se tornar o grande produtor de aço do Brasil.

**O SR. MAURO SAMPAIO (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, eminentes colegas, o euforismo despertado pelas primeiras providências governamentais, Brasil adentro, atingiu o Estado do Ceará.

Estamos todos confiantes em haver iniciado um período em que assistiremos, aplaudindo, ao atendimento às mais sentidas e prementes reivindicações da população interiorana.

Esta constatação, Sr. Presidente, animou-nos a voltar a esta tribuna para, mais uma vez, encarecer a atenção do Ministério da Aeronáutica para a precariedade do aeroporto de Juazeiro do Norte.

O problema diz respeito ao transporte aéreo do que exporta o Ceará e à importação dos bens de consumo de que necessita, ao intercâmbio comercial e cultural de sua gente com as demais regiões do Brasil, suas relações, de toda ordem, com o exterior, enfim, sua expansão turística.

É que, Sr. Presidente, o aeroporto de Juazeiro do Norte está precisando, e urgentemente, de ter sua pista recapeada, a fim de que ali possam descer "Boeings" e outras aeronaves de grande porte. As cabeceiras de suas pistas carecem de ser concretadas. Urge seja feito um balizamento adequado, objetivando maior segurança principalmente nas descidas de aviões em vôos noturnos.

A ausência dessas medidas, pelas quais tanto vimos clamando, tem entravado o desenvolvimento de toda uma região em vias de progresso. A pista do aeroporto de Juazeiro do Norte, no momento, somente suporta aviões de pequeno porte. E a falta de transporte aéreo à altura de suas necessidades desestimula e desacelera o surto de desenvolvimento no Município e em toda a região que ele integra, e de que é o portão principal.

O Governador Virgílio Távora conhece de perto o fato, tendo chegado a prometer à população de Juazeiro do Norte interessar-se pela solução do problema. Neste ensejo, pois, insistimos junto a S. Ex.<sup>a</sup> para reforçar nossas solicitações perante o Ministro da Aeronáutica, a fim de termos resolvida de vez a situação, que refletirá, afinal, em favor de todo o Estado.

Sr. Presidente, lembramos ainda que, em 1969, quando Prefeito Municipal daquela comunidade cearense, doamos à Aeronáutica Militar um terreno próximo do aeroporto destinado ao Serviço de Proteção ao Vôo. Contudo, até a presente data, sem que tenhamos qualquer explicação para o fato, nenhuma providência foi tomada nesse sentido. O Serviço de Proteção ao Vôo até hoje não foi instalado naquela florescente comuna nordestina.

Trazendo ao conhecimento do Ilustrado Ministro Délio Jardim de Matos esses esclarecimentos, pedimos a S. Ex.<sup>a</sup> ordenar seja o problema examinado sob regime de prioridade, não só utilizando, de imediato, o aproveitamento do próprio doado à sua Pasta, mas sobretudo determinando seja assegurada a devida proteção a quantos trafegam por aquele aeroporto — nacionais e estrangeiros — mandando seja de logo realizado o recapeamento da pista, feita a concretagem das cabeceiras e procedida à assinalação a que nos referimos, com vistas aos vôos noturnos.

O deferimento oficial às reivindicações legítimas desta ordem, Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. Ministro, equacionadas e resolvidas tão logo pleiteadas, sob regime prioritário, é que alimenta a confiança das populações interioranas no discernimento patriótico de seus governantes, nos altiplanos estaduais e federal.

Era, Sr. Presidente, o que tínhamos a solicitar com vistas ao aceleramento do progresso da próspera comuna nordestina de Juazeiro do Norte.